



POLÍCIA é chamada para remover barracos no Riacho Fundo II e a confusão começa com discursos de todos os lados, agressões, socos, pontapés, gritaria, e muita gente machucada

Confronto no Riacho Fundo II

Moradores que, segundo o Idhab, ocupam lotes irregularmente, reagem à tentativa de remoção e enfrentam a Polícia Militar

Governo adia retirada dos barracos e afirma que os moradores estão fora dos programas habitacionais

RICARDO CINTRA

Tensão e violência na tentativa de remoção de 53 famílias, ocorrida na manhã de ontem, na quadra QN8F do Riacho Fundo II. De acordo com o Governo, essas pessoas não têm mais direito de participar de programas de habitação do Distrito Federal, porque desrespeitaram os critérios adotados pelo GDF.

A operação de remoção contou com o apoio da CEB (Companhia Energética de Brasília), da Caesb (Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto de Brasília) e da SLU (Serviço de Limpeza Urbana), que, respectivamente, estavam encarregadas de interromper o fornecimento de energia elétrica e água e fazer o recolhimento das partes retiradas dos barracos.

A remoção causou revolta entre os moradores e o confronto com a Polícia Militar foi inevitável. Os policiais ficaram acuados por alguns instantes, recebendo pedradas e pauladas dos manifestantes. Os moradores rebeldes também sofreram com a ação policial. Muitas pessoas saíram machucadas do embate com a polícia.

Acordo

A situação só acalmou depois de um acordo firmado para a derrubada de apenas nove barracos, considerados irregulares porque foram construídos em lotes conseguidos por meio da compra ilegal. O assentamento provisório não permite esse tipo de negociação, os lotes não podem ser vendidos ou repassados a terceiros.

Os outros 44 barracos que

seriam derrubados ontem, segundo o Idhab (Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal) começarão a ser removidos a partir de hoje, estão inabilitados para ficar na área porque os proprietários não cumpriram o acordo de participar do mutirão para a construção de casas geminadas por intermédio de financiamento para lotes e materiais de construção.

“Eles assinaram um acordo com o Idhab no ano passado concordando que fariam suas casas no sistema de mutirão proposto pelo GDF. Como não cumpriram a cláusula de participar desse mutirão estão fora do programa e, conseqüentemente, devem desocupar a área para outras famílias”, explicou a diretora de planejamento do Idhab, Tássia Regino.

Essas famílias, que em julho do ano passado foram retiradas de uma invasão do Condomínio Privê com a promessa de ganharem lotes e financiamento para construir suas casas, receberam a notificação do Idhab para desocuparem os barracos com apenas 12 horas de antecedência. Os ocupantes de terrenos no Riacho II querem abrir outra rodada de negociação com o GDF para rever o plano de financiamento e, principalmente, para aumentar o tamanho do terreno, que mede quatro metros por 20 metros. “É impossível construir uma casa em um lote que só tem quatro metros de frente”, afirma o líder comunitário Juarez Afonso da Silva, 30 anos.

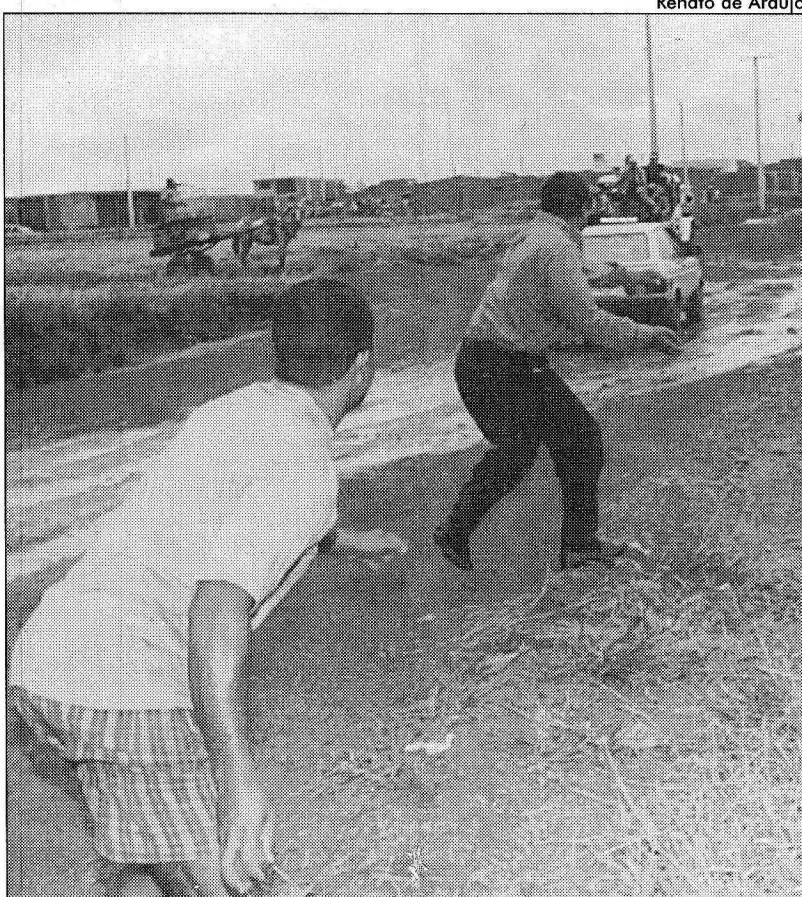
Pedra e pau contra cassetetes

No momento em que os funcionários do SLU (Serviço de Limpeza Urbana) começaram a arrancar cercas e tábuas dos barracos, os moradores, revoltados, se armaram com pedaços de pau e pedras para atirar nos policiais militares que estavam reguardando a segurança do local. Os PMs formaram uma barreira humana na tentativa de conter o tumulto, mas não conseguiram evitar a fúria dos moradores que não queriam ver seus barracos demolidos.

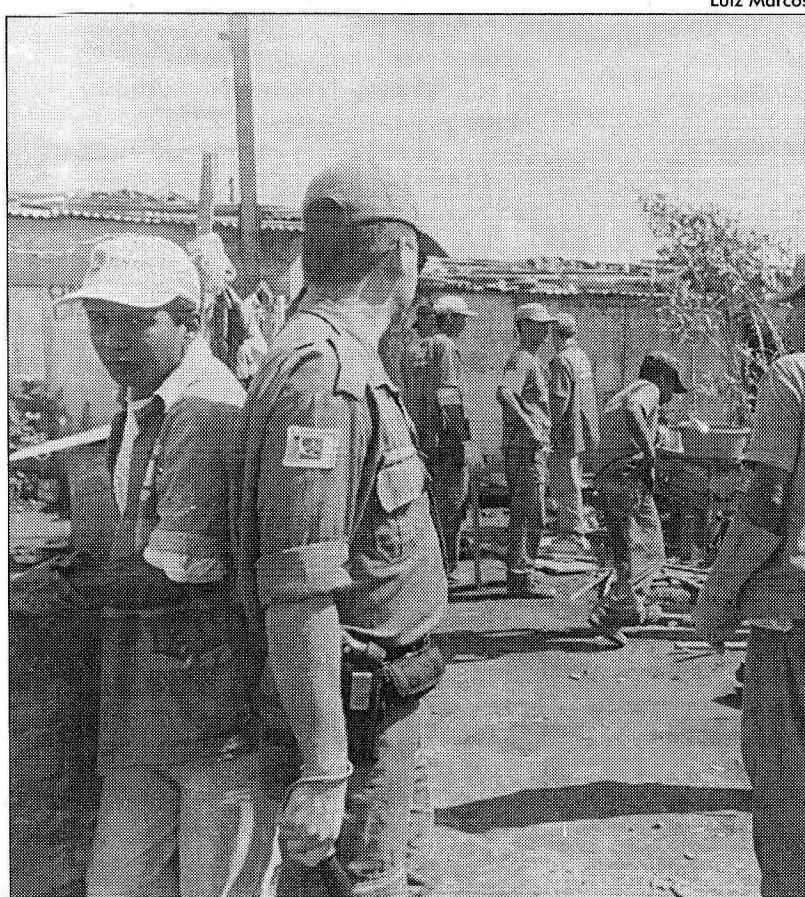
Sobrou pancadaria para muitas pessoas que tentavam impedir a ação da polícia. “O que eles estão fazendo com a gente é um absurdo. A polícia tem de fazer isso (retirada) com calma, sem espancar o pessoal”, comentou o aposentado Antônio Lima Gameleira, 86 anos, que no meio da confusão foi atingido por uma pedra na perna.

Duelo

Por cerca de 30 minutos moradores e policiais travaram um duelo intenso, onde ocorreu algumas prisões. Um dos membros da associação que coordena o grupo, Juarez Afonso da Silva, foi preso sob a acusação de, juntamente com outras pessoas, tentar que-



DEPOIS de prensado pelo Gol, Adão Xavier reage com pedradas



FEITO o acordo, o SLU inicia a retirada dos barracos ilegais

Distrital sofre acidente no tumulto

MALU PIRES

O clima de tensão entre policiais, moradores da QN 8, Conjunto F, do Riacho Fundo II, funcionários do GDF e parlamentares voltou a surgir à tarde e por pouco resulta em tragédia. O deputado distrital Adão Xavier (PMDB) quase teve suas pernas imprensadas entre dois carros durante discussão com funcionários do GDF.

O motorista do Gol prateado, placa JFO - 8401, assediado por moradores e pelo parlamentar — que balançaram o veículo e deram tapas na lataria — jogou o carro em direção do distrital Adão Xavier. O parlamentar teve de se colar ao Toyota que estava logo atrás, mesmo assim o carro atingiu sua perna esquerda. O condutor do automóvel fugiu do local.

A ocorrência, apesar da greve da Polícia Civil, foi registrada na

26ª Delegacia de Polícia de Samambaia, que encaminhou o deputado ao Instituto de Medicina Legal (IML) para exame de corpo delicto. O joelho esquerdo do parlamentar estava inchado, com escoriações e hematomas.

O deputado afirmou que entrará com processo de lesão corporal contra o motorista. “Talvez ele tenha até de responder por tentativa de homicídio”, Desde às 14h, a polícia e os funcionários do GDF estavam no local para tentar a remoção de 44 famílias que resistiam à transferência para o Conjunto D da QN 8, do Riacho Fundo II. A tensão era a mesma da manhã quando ocorreu o quebra-quebra. Às 15h, chegava o deputado distrital Benício Tavares (PMDB) e logo em seguida Adão Xavier.

Num discurso inflamado e muito aplaudido pelos populares, Adão criticou a atuação do

Governo e a sua política habitacional e resolveu “tomar satisfação” do Comandante da Operação, major Wolney. O policial não respondeu às acusações de “pilantra” e “safado”, entre outras, e se retirou quieto do local. Foi então que o parlamentar se virou na direção dos funcionários do Idhab que estavam dentro do Gol prateado e acabou acontecendo o acidente.

“Não é possível que as coisas continuem neste nível de tensão. Temos de resolver os problemas com tranquilidade”, ponderou Benício Tavares. Os demais deputados — Daniel Marques, José Edmar e Manoelzinho — também peemedebistas — só chegaram depois do episódio. Ali perto o pintor Flávio de Souza Nascimento, casado, três filhos, comentava: “Se o funcionário faz isso com um deputado, imagina só o que ele pode fazer com a gente.”

Famílias vieram de condomínio

As famílias que começaram a ser removidas do Riacho Fundo II fazem parte do grupo que foi retirado no final do mês de julho do ano passado de uma invasão no Condomínio Privê, quando começou a primeira etapa do Programa Morar Legal. Ao contrário do que aconteceu ontem, na ocasião os moradores estavam contentes com a possibilidade de morar em casa própria e em terrenos adquiridos legalmente. A maioria dos moradores tiveram direito a financiamento de lotes e de cestas de material de construção.

Na invasão do Condomínio Privê foram encontrados 223 barracos com 212 famílias. Nem todo mundo teve direito aos lotes. De acordo com os critérios do programa habitacional, não pode participar do financiamento quem estiver a menos de cinco anos no Distrito Federal e menos de dois anos de invasão. Também ficou de fora quem já havia recebido lote e vendeu, além de quem comprou recentemente barraco nos locais irregulares.

Naquela época, as famílias não habilitadas puderam escolher entre dois meses de aluguel, passagem para o local de origem ou abrigo no Centro de Assistência Social (CAS), além de direito a acompanhamento de assistência social. A maioria preferiu os dois meses de aluguel.

A diretora de planejamento do Idhab, Tássia Regino, anunciou que cada uma das famílias teria o direito de um financiamento de R\$ 2,8 mil para a compra do material de construção, doada pelo programa Habitar Brasil, com recursos da União, e um outro montante para financiar o lote, com direito a assistência técnica. O prazo para o pagamento das parcelas, que não ultrapassam a 30% da renda familiar, é calculado de acordo com cada caso. Ficou acertado que cada família teria o direito de ocupar 50% de um lote de 160 metros quadrados, sendo oito metros de frente e fundo e 20 metros nas laterais. (R.C.)

Liminar para garantir a posse

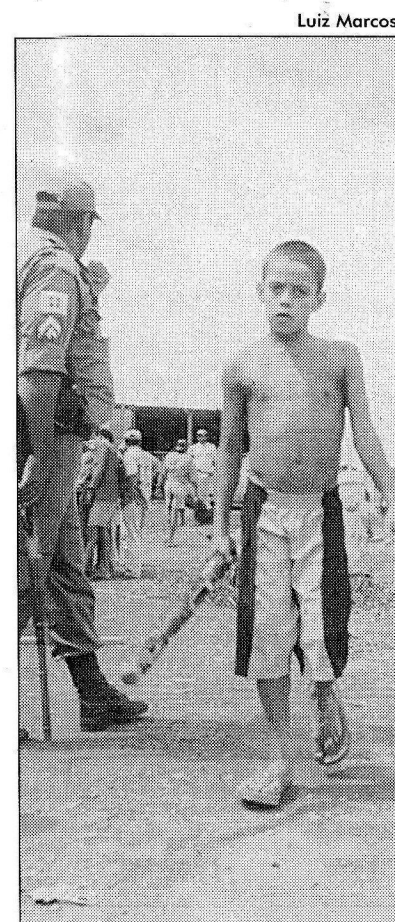
Os deputados da bancada do PMDB — Benício Tavares, Adão Xavier, Daniel Marques e Manoelzinho — tentam neste fim de semana conseguir uma liminar para que as 44 famílias da QN 8, Conjunto F, do Riacho Fundo II, continuem onde estão. “Todas estas pessoas têm termo de contrato firmado com o Idhab. As nove famílias que estavam ilegais já foram retiradas daqui. Não há, portanto, porquê transferi-las para a quadra D, afirma Marques.

O deputado classificou a transferência de “tentativa de desestabilização” das famílias, por serem contrárias ao tamanho dos lotes — quatro metros de largura por 20 metros de profundidade. “Além disso, eles acham que as casas construídas em mutirão são mal feitas”, acrescentou o parlamentar, ressaltando que, “se a mudança não é para lotes maiores, como o

reivindicado, não vejo razão para a transferência”.

De acordo com o chefe da Coordenação de Fiscalização e Remoção de Imóveis, Cláudio Martins, as 44 famílias em questão estão assentadas em uma área reservada à construção de casas, através de mutirão e com financiamento da Caixa Econômica Federal. “A transferência é uma questão apenas de ajustamento. Eles saem de lá e vão para a quadra D, onde não está prevista a construção de casas em mutirão e com material financiado”, disse.

A vantagem dada pelo GDF para que eles aceitem a remoção é a entrega imediata das escrituras. Caso a liminar não saia neste final de semana, frisa Daniel Marques, o impasse entre parlamentares, policiais, funcionários do GDF e moradores já tem data e hora marcadas para acontecer. Será na próxima segunda-feira, às 10h. (M.P.)



CRIANÇAS viram cenas violentas